



# **Prefeitura do Município de Angatuba**

## **Estado de São Paulo**

**LEI Nº 866/2025**

**DE 17.10.2025**

***“Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às Unidades Executoras das escolas da rede pública municipal de ensino de Angatuba e dá outras providências.”***

**NICOLAS BASILE ROCHEL**, Prefeito do Município de Angatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara do Município de Angatuba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o sistema de repasse direto de recursos financeiros às Unidades Executoras das escolas da rede pública municipal de ensino de Angatuba, com o objetivo de garantir autonomia de gestão financeira para execução de despesas de pequeno porte relacionadas à manutenção e ao aprimoramento das condições educacionais.

**§ 1º.** Entende-se por Unidades Executoras das escolas as Associações de Pais e Mestres (APMs) e as Associações de Pais e Professores (APPs);

**§ 2º.** Os recursos poderão ter origem tanto no orçamento municipal quanto em repasses recebidos de fontes externas, como prêmios, convênios ou programas de órgãos estaduais e federais, desde que creditados diretamente ao município;

**§ 3º.** O repasse de recursos será feito diretamente às escolas de Ensino Infantil e Fundamental, via transferência ou depósito em conta corrente específica, aberta em banco oficial em nome da Unidade Executora, vinculada a seu CNPJ, desde que tal conta não esteja vinculada a outros programas governamentais, e poderá ser realizado:

**I** - anualmente, nos casos em que os valores forem oriundos exclusivamente do orçamento municipal;

**II** - em momento apropriado, conforme disponibilidade e exigências legais ou operacionais, nos casos de recursos vinculados a programas, prêmios ou convênios com outras esferas governamentais, especialmente quando houver prazo definido para sua utilização.



## **Prefeitura do Município de Angatuba**

### **Estado de São Paulo**

**Art. 2º.** O montante a ser transferido, quando se tratar de recursos municipal, será calculado com base no número de alunos regularmente matriculados nas unidades escolares, conforme registros do último Censo Escolar em vigência.

**Art. 3º.** Os recursos financeiros transferidos às Unidades Executoras deverão ser utilizados exclusivamente para:

- I** - aquisição de materiais de consumo voltados às atividades administrativas, pedagógicas ou de pesquisa;
- II** - compra de bens duráveis e equipamentos que atendam às necessidades dos diversos ambientes escolares;
- III** - contratação de serviços voltados à manutenção das instalações físicas, pequenos reparos e conservação da unidade escolar;
- IV** - contratação de serviços de manutenção de equipamentos utilizados no ambiente escolar;
- V** - desenvolvimento de atividades pedagógicas, de pesquisa ou de formação continuada para os profissionais da educação.

**Art. 4º.** Fica expressamente vedado o uso dos recursos para:

- I** - pagamento de qualquer tipo de remuneração, vencimento ou benefício a pessoal;
- II** - contratação de servidores públicos, mesmo que para atividades temporárias;
- III** - realização de festas, celebrações ou eventos sem vinculação direta com o processo educativo;
- IV** - pagamento de aluguel de imóveis;
- V** - quitação de multas, juros, encargos ou taxas administrativas.

**Art. 5º.** A Unidade Executora responsável por gerenciar os recursos financeiros destinados às escolas municipais será constituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, organizada no âmbito de cada unidade escolar da rede municipal.

**§ 1º** Caberá à Unidade Executora apresentar um Plano de Aplicação de Recursos previamente aprovado em assembleia constituída pelos membros das respectivas APPs/APMs.

**§ 2º.** O repasse dos recursos será condicionado à apresentação do Plano de Aplicação de Recursos à Secretaria Municipal de Educação e ao Município, que deverá conter as prioridades e necessidades da unidade escolar, a estimativa de gasto conforme os valores disponíveis e o cronograma de execução.



## **Prefeitura do Município de Angatuba**

### **Estado de São Paulo**

**§ 3º.** O Plano de Aplicação de Recursos deverá ser elaborado antes do recebimento dos recursos e poderá ser ajustado mediante apresentação de justificativa formal à Secretaria Municipal de Educação, que avaliará sua necessidade e consequente aprovação.

**§ 4º.** Poderá haver repasses extraordinários em situações emergenciais sem a apresentação prévia de Plano de Aplicação de Recursos, casos em que esse plano deverá ser apresentado até 15 (quinze) dias após o repasse extraordinário, conforme critérios a serem definidos em decreto regulamentar.

**§ 5º.** A Secretaria Municipal de Educação prestará assessoramento técnico e responderá solidariamente pela análise das prestações de contas apresentadas pelas Unidades Executoras.

**Art. 6º.** A prestação de contas deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, que por sua vez a encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, com cópia integral da documentação comprobatória.

**§ 1º.** O prazo para a prestação de contas será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e respeitará o cronograma de uso de recursos de cada prêmio, convênio ou programa.

**§ 2º.** O não envio ou a reprovação da prestação de contas implicará a suspensão dos repasses futuros, até regularização.

**Art. 7º.** Compete à Direção da Unidade Escolar:

- I - supervisionar e participar ativamente da elaboração do Plano de Aplicação de Recursos;
- II - submeter o Plano de Aplicação de Recursos à apreciação da Secretaria Municipal de Educação e do Município;
- III - zelar pela movimentação regular dos recursos em conta específica;
- IV - garantir a execução do plano conforme aprovado;
- V - acompanhar e supervisionar a prestação de contas da Unidade Executora.

**Art. 8º.** Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I – acompanhar a execução dos planos e das despesas realizadas;
- II – realizar visitas técnicas e vistorias sempre que necessário;
- III – emitir parecer técnico conclusivo sobre o uso dos recursos e cumprimento do plano.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.



## **Prefeitura do Município de Angatuba**

### **Estado de São Paulo**

**Art. 10.** Os casos omissos nesta lei serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Educação, cabendo ao Poder Executivo municipal regulamentar esta Lei, por decreto, no que couber.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Angatuba, 17 de outubro de 2025.

**NICOLAS BASILE ROCHEL**  
***Prefeito Municipal***